



A crítica ao Imperialismo na América Latina em José Carlos Mariátegui

ERICK VARGAS DA SILVA*

O intelectual peruano José Carlos Mariátegui, nascido em 1894 na cidade de Moquegua, no sudeste do Peru e falecido prematuramente em 1930, em Lima, é apontado de maneira quase unânime como o primeiro marxista original da América Latina. Suas reflexões abarcam uma vasta gama de temas cuja originalidade de suas abordagens lhe conferem uma rica e necessária atualidade no estudo e debate sobre sua obra.

Mariátegui dedicaria alguns de seus melhores esforços a crítica ao imperialismo. Perceptível tanto em suas reflexões teóricas, onde o problema perpassaria ao conjunto de suas reflexões; quanto em sua atuação política. Não o bastante isto, o que já justificaria aqui a escolha deste enfoque em sua obra, muitos dos mecanismos com que o imperialismo subjugou aos povos e foram objeto da crítica de Mariátegui, seguem ainda com plena vigência. O imperialismo neste século XXI ainda que, evidentemente, incrementados por novas dinâmicas, conserva intacto muitas das lógicas apontadas pelo pensador peruano, mantendo muito de sua essência.

O fenômeno do imperialismo moderno, praticado pelas potências ocidentais pelo menos desde o século XIX, tendo o seu momento clássico durante a escalada imperial europeia de 1870 e na “civilizada” partilha da África na Conferência de Berlim (1884 e 1885), culminaria nas duas grandes guerras mundiais. Modificando-se em diferentes fases ao longo de seu processo histórico, o imperialismo foi um elemento relevante para condicionar o desenvolvimento dos países da América Latina e caribe.

No contexto latino-americano, mesmo após os processos de independência das antigas colônias e a formação dos novos países autônomos, as soberanias nacionais nunca deixaram de sofrer toda sorte de assédios e interferências das potências europeias. Este processo, por certo, não foi linear e sofreu importantes mudanças, desde as últimas décadas do século XIX

* Licenciado e mestre em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul



a resistência local já dedicaria especial atenção para o nascente imperialismo dos Estados Unidos. Quando, por exemplo, o cubano José Martí fez seu famoso chamado que “*Ha llegado para la América española la hora de declarar su segunda independencia*”, em 1889, já se colocava em evidência uma mudança nas relações imperialistas na região, onde “se põe de manifesto a previsão de José Martí de que a América Latina deverá enfrentar os embates imperiais estadunidenses que se apresentam já em finais do século XIX na forma de imposições de tratados comerciais” (ESPINOZA, 2010, p.69).

Mariátegui viveu sob os efeitos da expansão e consolidação do capital monopolista, sob controle das potências imperialista, na América Latina. Este processo traria uma lógica que seria o eixo estruturante de uma complexa combinação de relações de dominação na região. No Peru durante o período que compreende de fins do século XIX as primeiras décadas do século XX, predominava um capitalismo incipiente, no seio de uma formação social cuja base era predominantemente de relações pré-capitalistas de produção, ainda que amplamente condicionadas pela expansão do capital comercial imperialista. A burguesia local, congenitamente dependente de centros capitalistas como Inglaterra e EUA, jamais buscou protagonizar uma Revolução Industrial ou estabelecer uma democracia de tipo liberal no Peru. (QUIJANO, 2007, p.13-15). Perpetuar relações que constituíam-se numa espécie de “novo colonialismo” (como classificou Mariátegui), era o centro que norteava as elites locais, consolidando uma inserção dependente, dentro da lógica inerente ao imperialismo.

Na década de 1920, a luta antiimperialista na América Latina cresce significativamente, ganhando novo impulso. Um exemplo notável foi a criação, no México, da Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), em 1924, liderada pelo peruano Víctor Raúl Haya de la Torre. A expressão programática formal do APRA era resumida em apenas cinco pontos: “1. Ação dos países da América Latina contra o imperialismo ianque. 2. Unidade política da América Latina. 3. Nacionalização das terras e indústria. 4. Internacionalização do Canal do Panamá. 5. Solidariedade com todos os povos e classes oprimidas do mundo” (HAYA DE LA TORRE, 1936, p.33).

Em sua fundação, o discurso aprista revestia-se de radicalidade com uma retórica nacionalista popular que se aproximava de elementos “marxistizantes”. Por esta razão que a



Liga Antiimperialista da América Latina (também fundada em 1924), organismo ligado a Internacional Comunista e coordenada pelo cubano Julio Antonio Mella, seria estimulada pela direção do Komintern a se aproximar do APRA. Esta relação de Haya com o comunismo se daria de maneira pendular, por vezes assumindo uma maior aproximação, noutras impondo um tático distanciamento político.

Mariátegui ingressaria nas fileiras do APRA em 1926. Ele compreendia haver uma centralidade na luta contra o imperialismo na América Latina, um de seus pontos de convergência com Haya de la Torre, além de ver grande importância na criação desta frente supranacional de lutas na região. Mesmo sabedor das diferenças que haviam entre as suas concepções políticas, neste momento, a política de “frente única” orientava Mariátegui. No entanto, a despeito do que gostaria Haya de la Torre, a adesão de Mariátegui ao APRA duraria apenas três anos. As motivações imediatas que provocaram o rompimento de Mariátegui diziam respeito ao movimento de Haya de la Torre em converter o APRA em um partido, com vistas a disputar possíveis eleições peruanas. Mariátegui julgava tal movimento precipitado, acreditando ser importante o APRA manter seu caráter frentista, além de tecer duras críticas ao método adotado para esta mudança.

Para além destas questões conjunturais e políticas daquele momento, o rompimento entre Haya de La Torre e Mariátegui é um episódio significativamente revelador das diferenças existentes quanto a caracterização do imperialismo e as formas de seu enfrentamento. Com alguma medida de extrapolação é correto identificar que “essa polêmica entre Haya de la Torre e Mariátegui antecipa, em grande medida, os termos em que se daria o debate, nas décadas seguintes, entre nacional-populistas e comunistas e entre adeptos da CEPAL e da Teoria da Dependência” (KAYSEL, 2012, p.62). Desta forma, é importante aqui destacar alguns dos aspectos teóricos centrais que diferenciavam a visão de ambos frente ao imperialismo, para na sequência, retomarmos ao exame das reflexões de Mariátegui.

Para Haya de la Torre, o imperialismo era definido por dois aspectos centrais: primeiro, pelo caráter estrangeiro na origem da propriedade de capital invertido em nossos países; em segundo, justamente por causa desta inversão que o capitalismo apareceria aqui de forma incipiente. Desta forma, contrariamente ao que Lenin afirmou, o imperialismo seria a



4

primeira fase do capitalismo na América Latina, conseqüentemente, um primeiro e necessário passo progressivo contra as relações feudais de origem colonial (HAYA DE LA TORRE, 1936, p.20-22). A crítica aprista ao imperialismo repousaria nesta dualidade: por um lado condena sua presença, devido ao seu caráter estrangeiro; por outro, saúda seus aparentes efeitos modernizantes, indispensáveis para o desenvolvimento econômico da região.

Indo para uma outra direção e em concordância com Lenin – diversas vezes citado explicitamente pelo Amauta¹ - a penetração imperialista na América Latina correspondia à última fase do capitalismo, e não a primeira, como Haya apontaria para ressaltar sua pretensa originalidade frente a Lenin. Desta forma, apontava Mariátegui, na medida em que houvesse a expansão das formas modernas do capitalismo na região, maior seria a presença do capital monopólico e do imperialismo em que estariam fundados: “A medida que cresça seu capitalismo e, em consequência, a penetração imperialista, tem de acentuar-se este caráter (semicolonial) de sua economia”, afirmaria nas primeiras linhas do *Ponto de vista Antiimperialista* (1929).

Mariátegui expressaria ainda suas diferenças com relação a interpretação aprista do imperialismo negando qualquer dualidade. Para ele o imperialismo era, antes de tudo, a expansão internacional do capital monopólico e sua emergência constituía a internacionalização das estruturas contemporâneas do capital nas relações sociais de produção. Portanto, a questão do caráter nacional ou estrangeiro da origem e controle do capital na América Latina seria secundarizado frente o imperativo de seu caráter de classe. Ele traduziria a questão, nos seguintes termos:

O capitalismo se desenvolve em um povo semifeudal como o nosso; em uma época que, havendo chegado a etapa dos monopólios e do imperialismo, toda a ideologia liberal correspondente a etapa da livre concorrência deixou de ser válida. O imperialismo não permite a nenhum desses povos semicoloniais, que explora como mercados de seu capital e de suas mercadorias, bem como depósitos de matérias-primas, um programa econômico de nacionalização e industrialização; os obriga a especialização, à monocultura (petróleo, cobre, açúcar, algodão, no caso do Peru),

¹ Em 1926, Mariátegui fundaria a importante revista peruana Amauta, palavra origem quéchua que significa mestre, pensador. Como fundador da revista, José Carlos Mariátegui passaria a ser conhecido e recordado como o Amauta.



fazendo sofrer uma permanente crise de artigos manufaturados, crise que se deriva desta rígida determinação da produção nacional por fatores do mercado mundial capitalista (MARIÁTEGUI [1928] 1986, p.160).

Outro aspecto desta divergência que aqui merece ser destacado era a dimensão com que o Haya de la Torre vislumbrava a luta política pela conquista da emancipação regional, que passaria pela defesa de um *excepcionalismo americano*, que tendia a absolutizar as especificidades latino-americanas (cultura, história, estruturas sociais, etc.), acompanhada por uma postura de rejeição à adesão de esquemas e teorias advindas da Europa. Criticamente se valendo dos conhecimentos e experiências ocidentais, o caminho seria uma postura assentada em um forte localismo, em rejeição a todo o tipo de “estrangeirismos” (como ele classificaria o marxismo e outras doutrinas). Haya de la Torre, parafraseando Marx, provocaria: “A emancipação anti-imperialista dos povos indo-americanos se deverá aos próprios povos indo-americanos” (1936, p.94)².

Mariátegui teria uma perspectiva distinta. Uma passagem que dá dimensão deste ponto pode ser buscada no editorial alusivo aos dois anos da revista *Amauta*, em 1928, escrito após seu rompimento com o APRA, onde colocaria os termos em que compreendia a questão: “O socialismo não é, certamente, uma doutrina indo-americana. Mas nenhuma doutrina, nenhum sistema contemporâneo não é nem pode sê-lo. E o socialismo, embora tenha nascido na Europa, como o capitalismo, não é tampouco específico nem particularmente europeu” (MARIÁTEGUI, [1928] 1986, p.248). Estruturado globalmente, a possibilidade de superação do capitalismo necessitaria de um movimento mundial, pois Mariátegui compreendia que o caráter universal da sociedade capitalista ocidental era inelutável: “Esta civilização conduz, com uma força e com meios que nenhuma civilização dispôs, à universalidade. A Indo-América, nesta ordem mundial, pode e deve ter individualidade e estilo; porém não uma cultura nem um destino particulares” (Ibidem). Mais do que uma originalidade *per se*, o que deveria ser observado para ele era a força transformadora que as ideias políticas carregam consigo.

² Haya de la Torre, assim como Mariátegui, usam o termo “Indo-América” para destacar o elemento indígena na região, contrapondo-se a ideia de uma América “Latina”, e por tanto, ocidentalizada.



6

Mariátegui reiteraria diversas vezes que consideraria um equívoco elevar o antiimperialismo a uma condição programática de forma restrita, como defendido por Haya de La Torre, por seu caráter incompleto e precário frente as necessidades impostas pela realidade latino-americana. A luta contra o imperialismo deveria associar-se, necessariamente, ao socialismo:

O pesamento revolucionário, e mesmo o reformista, já não pode ser liberal, mas sim socialista. O socialismo aparece em nossa história não por força do acaso, de imitação ou de moda, como supõem espíritos superficiais, mas sim como uma fatalidade histórica, e acontece que, enquanto, por um lado, os que professamos o socialismo propugnamos lógica e coerentemente a reorganização do país sobre bases socialistas e – constatando que o regime econômico e político que combatemos gradualmente se converteu numa força de colonização do país pelos capitalismo imperialistas estrangeiros – proclamamos que este é um instante de nossa história no qual não é possível ser efetivamente nacionalista e revolucionário sem ser socialista; por outro lado não existe no Peru, como jamais existiu, uma burguesia, com sentido nacional, que se professe liberal e democrática e que inspire sua política nos postulados de sua doutrina. (MARIÁTEGUI, [1928] 2008,p.55)

O caminho proposto por Mariátegui para a eliminação das marcas do colonialismo, das novas modalidades de dominação através do imperialismo e do próprio capitalismo, passaria pela unidade latino-americana, assentada na via revolucionária do Socialismo Indo-americano. Entre os elementos que sedimentariam esta unidade, destacaria os destinos e evoluções históricas compartilhadas deste a Conquista, onde “os métodos de colonização espanhola solidarizam a sorte de suas colônias” (MARIÁTEGUI [1925] 1975, p.13), e que, portanto, a “unidade não é uma utopia, não é uma abstração” (idem, p.16), mas uma construção política e social amparada na materialidade social da região, apresentando plenas condições de ser construída. Uma união política latino-americana se colocava como uma questão evidente, pois ela respondia ao “interesse elemental de viver prevenidos contra a ameaça de balcanização de nossa América, em proveito dos imperialismos que devidamente disputam seus mercados e riquezas” (MARIÁTEGUI [1928] 1975, p.33).



Esta unidade continental era importante dentro da perspectiva internacionalista que Mariátegui compreendia a luta pelo socialismo, ainda que não renunciasse à importância das questões nacionais e das próprias lutas de caráter nacionalista (dentro de certos contextos), já que a delimitação rígida entre o global e o local não seria facilmente fixada, como argumentaria: “na verdade, nem o nacionalismo e nem o internacionalismo seguem uma linha ortodoxa nem intransigente. Mas todavia, não se pode assinalar matematicamente aonde conclui o nacionalismo e aonde começa o internacionalismo. Elementos de uma ideia andam, às vezes, mesclados a elementos da outra” (MARIÁTEGUI, [1924], 1972, p.50).

Para Mariátegui, não se deveria buscar opor ao imperialismo uma saída que almeja-se uma solução por via de um “capitalismo nacional”, mesmo enquanto etapa de transição necessária para uma futura revolução de caráter socialista. As burguesias locais sequer teriam disposição para tal “missão histórica”, além de não apresentarem condições objetivas para esta empreitada. A fragilidade do discurso nacionalista peruano, vindo da burguesia, era eloquente neste sentido, cujo exemplo valeria para outros países da região. Ao buscarem estabelecer uma “peruanidade” que excluía aos elementos indígenas, criavam uma construção política descolada da realidade local. Eles seriam “pregadores de um nacionalismo sem raízes no solo peruano, aprendido nos evangelhos imperialistas de Europa, (...) é o sentimento mais estrangeiro e postigo que no Peru existe” (MARIÁTEGUI [1925] 1975, p.25-26).

Desta forma, uma burguesia cuja mentalidade colonizada encontrava-se de forma profunda associada aos interesses das burguesias norte-americanas e europeias, não possuía meios para projetar um nacionalismo autêntico e com alguma força social. Sem esta condição, não haveria possibilidade política para projetar-se alguma espécie de aliança para o enfrentamento ao imperialismo. Este tema percorreu muitas das divergências entre Mariátegui e o aprismo. Em um episódio em que Haya de la Torre, utilizando-se do exemplo das lutas nacionalistas na China daquele período, propunha a criação de um “Kuomintang latino-americano”, que se estruturaria através de uma “aliança estratégica revolucionária” entre burguesia e pequena-burguesia nacionalistas junto ao proletariado. Mariátegui, opondo as conjunturas chinesas e latino-americana, apontaria para a diferença de mentalidades:



Na Indo-América, as circunstâncias não são as mesmas. A aristocracia e a burguesia crioulas não se sentem solidárias com o povo pelos laços de uma história e de uma cultura comuns. No Peru, o aristocrata e o burguês brancos desprezam o popular, o nacional. Sentem-se, antes de mais nada, brancos. O pequeno-burguês mestiço imita este exemplo. A burguesia limenha confraterniza com os capitalistas ianques, e até mesmo com seus simples empregados, no *Country Club*, no *Tennis* e nas ruas. O ianque casa-se, sem inconveniente de raça nem de religião, com a senhorita crioula, e esta não sente escrúpulo de nacionalidade e nem de cultura em preferir o matrimônio com um indivíduo da raça invasora. (...) O fator nacionalista, por estas razões objetivas que, seguramente, a nenhum de vocês escapa, não é decisivo nem fundamental para a luta antiimperialista no nosso meio. (MARIÁTEGUI, [1929] 1986, p.89)

Assim, para Mariátegui, o fator classista era o decisivo e deveria ser buscada neste terreno as saídas para uma autodeterminação dos povos. Para ele a luta contra o imperialismo na América Latina colocava como resposta um apelo ao internacionalismo revolucionário, cuja ferramenta teórica seria o marxismo.

No entanto, Mariátegui, corretamente, percebia que mesmo a doutrina inspirada nas ideias de Karl Marx não era livre de contradições entre seus continuadores. Grande parte do êxito das políticas imperialistas e neocoloniais se dava também pelo quase consentimento das massas trabalhadoras ocidentais, que não impunham a devida resistência interna. Como ele argumentaria:

Antes, el proletariado, no oponía a la política colonizadora e imperialista de sus gobiernos una resistencia eficaz y convencida. Los trabajadores ingleses, franceses, alemanes, eran más o menos indiferentes a la suerte de los trabajadores asiáticos y africanos. El socialismo era una doctrina internacional; pero su internacionalismo concluía en los confines de Occidente, en los límites de la civilización occidental. Los socialistas, los sindicalistas, hablaban de liberar a la humanidad; pero, prácticamente, no se interesaban sino por la humanidad occidental. Los trabajadores occidentales consideraban tácitamente natural la esclavitud de los trabajadores coloniales. (MARIÁTEGUI [1923] 1986, p.142).

Apesar de seus propósitos anunciados e importância histórica inegável, para Mariátegui, tanto a Primeira quanto a Segunda Internacional, eram organizações restritas a órbita do mundo europeu, tendo o alcance de seus internacionalismos restritos e insuficientes. Situação que só se modificaria a partir da Terceira Internacional, quando a incorporação das



lutas de libertação nacional na África e na Ásia ganham importância política. O internacionalismo proletário era para Mariátegui o principal caminho para organizar um contraponto consistente frente ao imperialismo. O marxismo forneceria o núcleo comum de um programa anticapitalista, mas deveria ele próprio enfrentar suas contradições eurocentradas para dar as devidas respostas em sociedades coloniais ou pós-coloniais.

É neste sentido, por exemplo, que Mariátegui defenderá que a estratégia política adequada para o Peru e a América Latina seria através de uma Revolução Socialista, sem a necessidade preliminar de uma etapa democrático-burguesa. Seu entendimento é que a revolução latino-americana “deveria ser socialista, ou não seria revolução”, como o amauta defenderia:

A mesma palavra Revolução, em esta América das pequenas revoluções, se presta bastante ao equívoco. Temos que a reivindicar rigorosa e intransigentemente. Temos que lhe restituir seu sentido estrito e cabal. A revolução latino-americana, será nada mais e nada menos que uma etapa, uma fase da revolução mundial. Será simples e puramente a revolução socialista. A esta palavra, agregada, conforme o caso, todos os adjetivos que queira: “anti-imperialista”, “agrarista”, “nacionalista-revolucionária”. O socialismo os pressupõe, os antecede, abarca a todos (MARIÁTEGUI, [1928], 1986, p.247)

Mariátegui defendia o caráter internacional da revolução socialista, mas postulava a necessidade de se avaliar as particularidades e a conjuntura objetiva do Peru, apontando a inviabilidade de uma tática de unidade com uma chamada “burguesia nacionalista”, por entender, como já mencionado, que inexistiria qualquer nacionalismo na burguesia peruana. Sustentava que o comunismo seria “uma necessidade nacional” que encontraria suas forças e concretude na própria cultura popular, tendo sua expressão maior no que ele chamava de “comunismo incaico”, ainda com reminiscências manifestas em comunidades indígenas dos Andes. Este ponto é importante ser destacado por nos permitir trazer aqui uma das principais contribuições inovadoras do amauta para o pensamento crítico, e em particular para o marxismo, que é a forma com que ele introduz ao indígena como sujeito histórico em uma condição de centralidade.

Se o socialismo deveria enfrentar e superar ao conjunto de condições que flagelam as massas exploradas, em um contexto onde a maioria da população se constitui por povos



indígenas, o socialismo deveria o abarcar como um componente central. Para Mariátegui, “o socialismo ordena e define as reivindicações das massas, da classe trabalhadora. E, no Peru, as massas – a classe trabalhadora – são indígenas na proporção de quatro quintos. Nosso socialismo, pois, não seria peruano – sequer seria socialismo – se não se solidarizasse, primeiramente, com as reivindicações indígenas” ([1927], 1986, p.217).

Não apenas o fator demográfico dos povos indígenas e sua aviltante condição social – objeto de apurado diagnóstico crítico pelo amauta – eram mobilizados na construção do Socialismo Indo-Americano. Mariátegui apontava na existência de um “comunismo incaico” praticado durante o Império Tawatinsuyo³, contendo uma cultura coletivista – de estreita ligação com a terra – um destes elementos específicos que viabilizariam um projeto socialista para a região com capacidade de mobilizar as maiorias excluídas.

Esta busca em elementos da ancestralidade incaica não se daria de maneira idealizada ou desconsiderando seus limites, ao apontar que este comunismo dos incas dava-se em um regime político que poderia ser apontado como “autocrático”, como deixa claro em diversas passagens: “A autocracia e o comunismo são incompatíveis na nossa época; mas não o foram em sociedades primitivas. (...) O regime incaico certamente foi teocrático e despótico. Mas esse é um traço comum a todos os regimes da antiguidade” (MARIÁTEGUI [1928] 2008, p.92). Esta caracterização do aspecto comunista das antigas comunidades agrárias não era algo estranho ao marxismo⁴, ainda que até então não suficientemente desenvolvido e alvo de polêmicas. Em outra passagem Mariátegui deixaria ainda mais explícita estas diferenças entre

³ Denominação dada pelos incas ao seu império. A palavra em quéchua significa “os quatro cantos do mundo”.

⁴ Um exemplo é o prefácio de Marx e Engels a tradução russa do Manifesto Comunista, publicada em 1882, onde apontavam que “O *Manifesto Comunista* tinha por tarefa proclamar a inevitavelmente iminente dissolução da propriedade burguesa moderna. Mas na Rússia encontramos, face à trapaça capitalista em rápido florescimento e à propriedade fundiária burguesa que precisamente só agora se começa a desenvolver, mais de metade do solo na posse comum dos camponeses. Pergunta-se agora: poderá a comunidade rural russa, uma forma, ainda que fortemente minada da antiquíssima posse comum do solo, transitar imediatamente para a forma superior da posse comum comunista? Ou, inversamente, terá de passar primeiro pelo mesmo processo de dissolução que constitui o desenvolvimento histórico do Ocidente? A única resposta a isto que hoje em dia é possível é esta: se a revolução russa se tornar o sinal de uma revolução proletária no Ocidente, de tal modo que ambas se completem, a atual propriedade comum russa do solo pode servir de ponto de partida de um desenvolvimento comunista.” (MARX & ENGELS [1882] 2012, p.104-105).



o comunismo antigo e o atual, e pode-se observar com maior clareza sua concepção de comunismo, que guarda ainda hoje grande atualidade:

O comunismo moderno é algo diferente do comunismo incaico...Um e outro 'comunismo' são produto de experiências humanas distintas; pertencem a distintos períodos históricos; são elaborados por civilizações dessemelhantes. A dos incas foi uma civilização agrária. A de Marx e Sorel é uma civilização industrial (...) A autocracia e o comunismo são incompatíveis em nossa época; mas não o foram nas sociedades primitivas. A nova ordem, hoje, não pode renunciar aos progressos morais da sociedade moderna. O socialismo contemporâneo – outras épocas passaram por outros tipos de socialismo designados pela História por diversos nomes – é a antítese do liberalismo, mas ele nasce em seu seio e se alimenta de suas experiências. Ele não desdenha nenhuma de suas conquistas intelectuais, ele apenas despreza e denuncia suas limitações. (MARIÁTEGUI [1928] 2008, p.78-80)

Crítico a idealizações românticas regressivas do passado incaico ou ainda de tentativas de “proletarização indígena”, Mariátegui em “sua *dialética revolucionária* entre o presente, o passado e o futuro permite-lhe escapar tanto dos dogmas evolucionistas do progresso quanto das ilusões ingênuas e passadistas de um certo indigenismo” (LOWY, 2005, p.20, grifo do autor). O regresso a um “passado inca idealizado” era uma possibilidade impraticável pelos efeitos destruidores do processo colonial espanhol, “A conquista foi um ato político. Interrompeu bruscamente o processo autônomo da nação quéchua, mas não implicou numa substituição repentina das leis e costumes dos nativos pelas dos conquistadores” (MARIÁTEGUI [1928] 2008, p.54).

Um “ressurgimento indígena”, não restauracionista que colocaria o índio como a figura central para se repensar a sociedade peruana, nas bases em que Mariátegui a analisava, era uma mudança paradigmática que vislumbrava a possibilidade histórica do grupo social majoritário assumir a condição de protagonista, superando a longa marcha de exclusão do colonialismo. Como ele aponta, “a fé no ressurgimento indígena não provém de um processo de ‘ocidentalização’ material da terra quéchua. Não é a civilização, não é o alfabeto do branco, o que levanta a alma do índio. É o mito, é a ideia da revolução socialista. A esperança indígena é absolutamente revolucionária.” (MARIÁTEGUI [1928] 2008 p.53). O indígena como protagonista de uma nova nacionalidade, em bases socialistas, seria a mais efetiva e



potente força social capaz de interromper os processos de dominação imperialista na Indo-América.

Esta posição era muito diversa da concepção irradiada pelo Komintern, onde a revolução não teria nenhum nexos com tradições comunitárias andinas, mas sim com um proletariado organizado. Não havendo espaço para “particularidades nacionais” ou locais, o socialismo era um “sistema mundial”, cuja inevitabilidade de seu triunfo final poderia ser cientificamente atestada – por isso a necessidade de cumprimento de etapas evolutivas no sistema econômico de determinada sociedade.

Em outras palavras, devido à condição “atrasada” da América Latina, uma revolução de caráter socialista, era um caminho negado. Este é um traço que indistintamente compôs, de forma declarada ou subintendida, o marxismo hegemônico e que só será superado, no âmbito das culturas do marxismo, em suas expressões periféricas, como na obra Mariátegui. Estas diferenças entre as elaborações do pensador peruano e o stalinismo, se apresentaram ainda em vida. A caracterização que Mariátegui fazia do Comunismo Incaico, como um embrião para impulsionar uma revolução no Peru, foi duramente criticada pela ortodoxia marxista, que apressadamente classificou às teses do amauta como “populistas”, equiparando-o aos populistas russos⁵.

Mariátegui compreendia ao “marxismo como um instrumento de análise produtivo e não como uma teoria apriorística meramente descritiva de um modelo universal, que supostamente deveria aplicar-se de maneira subsidiária – como até o momento se havia feito – na América Latina” (KOHAN, 2014, p.29).

O apelo à revolução feito por Mariátegui buscava se amparar nas condições objetivas e específicas da América Latina. O quadro de profunda exclusão social disseminado pela região conferia uma condição comum a permitir projetar um socialismo indo-americano como uma consigna de apelo mobilizador, além de um projeto de uma nova organização política e social para a região. Este projeto teria como caminho ideal a via revolucionária que seria para ele o

⁵ Um dos mais notáveis exemplos desta crítica foi expressada em um artigo do especialista soviético em América Latina, M. Miroshvsky, que além de acusá-lo de defender posições “populistas”, sem meias palavras, classificou Mariátegui como “propagandista do socialismo pequeno-burguês”.(MIROSHEVSKY, [1942], 1978. p.58).



único capaz de produzir mudanças históricas profundas. Se a Rússia bolchevique inaugurou a primeira experiência revolucionária comunista, não passaria despercebido para Mariátegui o fato de a primeira revolução do século XX ter sido deflagrada em solo latino-americano com a Revolução Mexicana.

Iniciada em 1910, a Revolução Mexicana, até 1928, de certa forma funcionava como um prelúdio, em seus signos proletários e indo-camponeses, dos destinos da Indo-América. O Amauta “não só percebia as potencialidades de uma reforma agrária que dilatava os canais modernos para a recomunalização da terra e do modo de vida rural, mas também as outras potencialidades de criação popular e nacional de toda revolução: a educação, a arte, a literatura.” (MELGAR BAO, 2000, p.21). Em outra direção, a própria experiência revolucionária mexicana traria lições críticas valiosas, como a importância do caráter classista que deverá assumir a revolução, como afirmaria: “Nem a burguesia, nem a pequena burguesia no poder podem fazer uma política antiimperialista. Temos a experiência do México, onde a pequena burguesia acabou pactuando com o imperialismo *yankee*” (MARIÁTEGUI [1929], 1986, p.90).

Algumas vezes, o imperialismo foi retratado como um fenômeno restrito a questões geopolíticas, circunscritas preteritamente e com suas implicações contingentes; no pensamento mariateguiano, as consequências do imperialismo seriam muito mais vastas. O imperialismo se mostraria capaz de fazer uso da herança e marcas de continuidade do colonialismo, em um processo associado entre formas e estruturas de dominação arcaicas e modernas. Por outro lado, dentro da noção de totalidade complexa com que trabalhava o pensador peruano, esta mesma realidade conteria, contraditoriamente, em elementos pré ou anticapitalista, como expresso “na sobrevivência da comunidade e de elementos de socialismo prático na agricultura e na vida indígenas” (MARIÁTEGUI [1928] 2008, p.69). Desta forma, mesmo que estejamos frente a um quadro momentâneo de um evidente triunfo do imperialismo norte-centrado, elementos de sua superação podem ser buscados em suas fissuras e incompletudes.

Para além do já aqui levantado, uma percepção crítica do imperialismo ganha importância no esforço atual de compreensão das possibilidades de um pensamento crítico



periférico que almeje a superação do ordenamento eurocêntrico e a afirmação de uma perspectiva emancipatória e autônoma para a América Latina. Apelo que neste século XXI segue urgente, frente a renovada atuação do imperialismo na região, por vezes de forma mais explícita, como na continuidade do embargo estadunidense sobre Cuba, ou de maneira sutil e com atuação menos direta (mas não menos decisiva), como nos golpes em Honduras, em 2009, destituindo o presidente Manuel Zelaya, ou no Brasil, com a retirada do mandato da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Por esta razão, debater e enfrentar o tema do imperialismo segue uma questão candente. Nesta empreitada, o pensamento de José Carlos Mariátegui nos lega um valioso instrumental de renovada vigência.



REFERÊNCIAS

ESPINOZA, Mario Alberto Nájera. Martí y la previsión de la segunda independencia para América Latina. **InterSedes: Revista de las Sedes Regionales**, vol. XI, nº. 21. San José: Universidad de Costa Rica, 2010, p. 66-71.

HAYA DE LA TORRE, Victor Raul. **El antiimperialismo y el APRA**. Santiago: Ediciones Ercilla, 1936.

KAYSEL, André. Nação e (ou) Socialismo: Mariátegui, Haya de la Torre e a internacional Comunista. **Cadernos PROLAM/USP** São Paulo, Ano 11, Vol. 1, 2012, p. 52-71.

KOHAN, Néstor. Los combates de Mariátegui. IN: KOHAN, Néstor, LÖWY, M. & PÉREZ, Gustavo. **Mariátegui y la revolución em América Latina**. Barcelona: Yulca editorial, 2014.

LÖWY, Michael. Introdução: Nem decalque nem cópia: o marxismo romântico de José Carlos Mariátegui. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos**. (seleção de Michael Löwy). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Defensa del marxismo**. Lima: Editora Amauta, 1976.

_____. **Historia de la crisis mundial: Conferencias (años 1923 y 1924)**. Lima: Editora Amauta, 1986.

_____. **Ideologia y política**. Lima: Editora Amauta, 1986.

_____. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2008.



_____. **Temas de nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1975.

MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. **El manifiesto comunista**. Madrid: Nordica Libros. 2012.

MELGAR BAO, Ricardo. Mariátegui e a ocidentalização da política. **Estudos de sociologia**. Vol. 5, n° 9. Araraquara: UNESP, 2000. p.01-24.

MIROSHEVSKY, M. El “populismo” em el Perú. Papel de Mariátegui em la historia del pensamiento social latino-americano. IN: ARICÓ, José (Org.). **Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano**. Cidade do México: Cuadernos de Pasado y Presente/Siglo XXI, 1978.

QUIJANO, Anibal. Prólogo: José Carlos Mariátegui: Reencuentro y Debate In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Caracas: